

HABEAS CORPUS Nº 534.854 - SP (2019/0283417-8)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : JULIANO VIEIRA E OUTRO
ADVOGADOS : JULIANO VIEIRA - SC014260
ANDRE EDUARDO HEINIG - SC028532
IMPETRADO : TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 3ª REGIÃO
PACIENTE : JOAQUIM PEREIRA RAMOS JUNIOR (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de JOAQUIM PEREIRA RAMOS JUNIOR, apontando como autoridade coatora o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, que denegou a ordem, nos termos da seguinte ementa:

PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. DECRETO N. 9.426/17.

INDULTO NATALINO. ORDEM DENEGADA.

1. Não se constata o preenchimento dos requisitos previstos para a concessão do indulto conforme o disposto no art. 1º, VI, do Decreto n. 9.246/17, que condiciona o benefício, nos casos de crimes contra o patrimônio cometidos sem grave ameaça ou violência a pessoa, ao cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena (no caso de réus primários) e desde que haja comprovação da reparação do dano até 25.12.17.

2. No presente caso, o paciente Joaquim Pereira Ramos Júnior foi condenado por crime contra o patrimônio (estelionato) e a sentença fixou a obrigação de ressarcimento ao INSS do prejuízo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (Id n. 87242324, p. 28), mas não há notícia de qualquer reparação dessa quantia até a data mencionada no Decreto n. 9.246/17.

3. Ordem denegada.

Consta dos autos o indeferimento do indulto nos termos do Decreto 9.246/2017.

Neste *writ*, sustenta a defesa constrangimento ilegal diante do indeferimento do indulto natalino, nos termos do Decreto 9.426/2017, embora preenchidos os requisitos legais.

Pugna, assim, pela concessão da ordem para que seja deferido *o indulto natalino nos termos do art. 1º, I do Decreto 9.246/2017 declarando extinta a punibilidade do Paciente* (fl. 10)

A liminar foi indeferida e as informações prestadas.

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo não conhecimento ou pela denegação da ordem.

É o relatório.

DECIDO.

A negativa do indulto natalino, nos termos do Decreto 9.246/2017, foi assim mantida pelo TRF da 3ª Região:

O paciente Joaquim Pereira Ramos Júnior foi condenado em primeira instância às penas de 18 (dezoito) anos e 1 (um) mês de reclusão, regime inicial fechado, e 461 (quatrocentos e sessenta e um) dias-multa por prática continuada dos crimes de estelionato, falsificação de documentos e quadrilha (CP, arts. 171, § 3º, c. c. o art. 71, por quinze vezes; art. 171, § 3º, c. c. o art. 14, II, por duas vezes; art. 297, por quarenta e duas vezes; e art. 288) (Id n. 87242324, p. 23).

A consulta ao sistema informatizado indica que a 2ª Turma deste TRF da 3ª Região deu parcial provimento ao recurso de apelação interposto pelo paciente, cuja pena foi reduzida para 13 (treze) anos, 6 (seis) meses e 18 (dezoito) dias de reclusão e 173 (cento e setenta e três) dias-multa.

Extrai-se destes autos eletrônicos que ainda não foi dado início ao cumprimento da pena, dado o teor da decisão impugnada que, nos seguintes termos, deixou de examinar o preenchimento dos requisitos para a concessão de indulto natalino ao paciente:

[...]

Não há constrangimento ilegal a sanar.

Não se constata o preenchimento dos requisitos previstos para a concessão do indulto conforme o disposto no art. 1º, VI, do Decreto n. 9.246/17, que condiciona o benefício, nos casos de crimes contra o patrimônio cometidos sem grave ameaça ou violência a pessoa, ao cumprimento de 1/6 (um sexto) da pena (no caso de réus primários) e desde que haja comprovação da reparação do dano até 25.12.17.

No presente caso, o paciente Joaquim Pereira Ramos Júnior foi condenado por crime contra o patrimônio (estelionato) e a sentença fixou a obrigação de ressarcimento ao INSS do prejuízo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (Id n. 87242324, p. 28), mas não há notícia de qualquer reparação dessa quantia até a data mencionada no Decreto n. 9.246/17.

Ante o exposto, DENEGO a ordem de habeas corpus.

É o voto.

Como se vê, a negativa do indulto baseia-se na ausência de preenchimento dos requisitos do Decreto 9.246/2017.

Com efeito, *A Terceira Seção desta Corte Superior de Justiça, por ocasião do julgamento do Recurso Especial n. 1.364.192/RS, representativo da controvérsia, firmou entendimento de que a concessão do indulto/comutação de penas 'deverá observar o cumprimento dos requisitos previstos no decreto presidencial pelo qual foram instituídos.* (HC n. 341.986/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 1º/02/2016).

No caso, consoante destacado pelo acórdão atacado, *a sentença fixou a*

obrigação de ressarcimento ao INSS do prejuízo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) (Id n. 87242324, p. 28), mas não há notícia de qualquer reparação dessa quantia até a data mencionada no Decreto n. 9.246/17, não restando, assim, presentes todas as condicionantes para a aplicação do benefício.

Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. DESCABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. CONDENADO CUMPRINDO PENA EM REGIME SEMIABERTO. COMUTAÇÃO DE PENA. **DECRETO PRESIDENCIAL N. 9.246/17. BENEFÍCIO CASSADO PELO TRIBUNAL ESTADUAL. AUSÊNCIA DE PREENCHIMENTO DO REQUISITO OBJETIVO. FUNDAMENTAÇÃO EM PERFEITA OBSERVÂNCIA AO REFERIDO ATO NORMATIVO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. WRIT NÃO CONHECIDO.** 1. Em consonância com a orientação jurisprudencial da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal - STF, esta Corte não admite habeas corpus substitutivo de recurso próprio, sem prejuízo da concessão da ordem, de ofício, se existir flagrante ilegalidade na liberdade de locomoção do paciente. 2. Da leitura conjugada dos artigos 7º e 8º do Decreto Presidencial n. 9.246/17, observa-se que para o apenado adquirir o direito à comutação da pena, são exigidos cumulativamente quatro requisitos de ordem objetiva: a) condenação privativa de liberdade; b) fração de pena cumprida, variável conforme o apenado seja ou não reincidente, bem como mulheres, que cometeram crimes sem violência ou grave ameaça a pessoa - reincidentes e não reincidentes - em situações especiais; c) não ter obtido comutação de decretos anteriores e d) estar o sentenciado cumprindo a pena em regime aberto ou usufruindo de livramento condicional. 3. A definição das hipóteses e dos requisitos para a concessão de comutação de penas ou indulto é de competência privativa do Presidente da República, sendo vedado ao magistrado deixar de observar as exigências legais para a concessão da benesse, sob pena de interferir, indevidamente, em ato do chefe do Poder Executivo. In casu, o acórdão impugnado está em consonância com o entendimento desta Corte Superior de Justiça, porquanto, **não obstante o paciente tenha preenchido três requisitos objetivos, deixou de atender a última exigência**, uma vez que estava cumprindo a reprimenda em regime semiaberto.

4. Habeas corpus não conhecido.

(HC 492.778/MS, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 11/04/2019, DJe 29/04/2019)

Desse modo, não se verifica a configuração de ilegalidade a ser sanada por esta Corte Superior.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília, 27 de novembro de 2019.

Ministro NEFI CORDEIRO
Relator